

SINDIFARGO

Reunião trata do licenciamento ambiental do DAIA



O presidente executivo do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Henrique Soares, se reuniu com o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (Codego), Júlio Vaz de Melo, com o objetivo de tratar do licenciamento ambiental do Distrito Agro Industrial de Anápolis (DAIA). O encontro, na sede do órgão, teve a presença do Prefeito Roberto Naves e do deputado federal Jovair Arantes. Também participou o superintendente da Codego, Marco Antônio Belline.

Durante a reunião, o presidente Júlio Vaz informou que o governador Marconi Perillo está empenhado

também para que uma solução ao problema seja dada rapidamente. Ele informou que o órgão autorizou a contratação do estudo denominado Relatório Ambiental Simplificado-RAS, que irá substituir o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental).

De acordo com Marçal Soares, já há um compromisso firmado junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Secima) para dar celeridade na análise do RAS e a sua consequente aprovação, o que deverá resolver uma pendência que já se arrasta por mais de 40 anos no DAIA. Com isso, serão regularizadas as questões relacionadas com o parcelamento do solo no distrito, o que vai permitir a

sua expansão, bem como facilitar os projetos de ampliação das plantas já existentes.

Agradecimento

Marçal Soares observou que a demanda aglutinou um time de peso para que se possa chegar a um bom termo na questão. "A todos: governador Marconi Perillo; deputados Alexandre Baldy e Jovair Arantes; prefeito Roberto Naves; Júlio Vaz, Marco Belline; Dra. Gabriela (Secima) e muitos outros, o nosso sincero agradecimento por encaminhar a solução deste problema que tanta insegurança jurídica tem causado às nossas indústrias instaladas no DAIA", ressaltou Marçal.

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

ARTIGO

Celg - Enel: uma mudança de paradigma no setor energético

Wilson de Oliveira

O Estado de Goiás inicia um novo ciclo em relação à questão energética, após a venda de 49% das ações da Celg-D, pertencentes ao Governo Estadual, e 51% das ações pertencentes à Eletrobrás. A compradora, a Enel, uma multinacional italiana que tem negócios em 30 países ao redor do mundo e já está presente em 18 estados brasileiros, desembolou R\$ 2,187 bilhões na aquisição, feita junto à Bovespa, em São Paulo, em novembro do ano passado.

A chegada da Enel, mais do que um grande negócio, enseja uma mudança de paradigma no setor energético. Há tempos que a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), alertava sobre a dificuldade que a Celg tinha para alavancar novos investimentos, com o objetivo de suprir as suas demandas, em especial, junto ao setor produtivo. A energia, como costume dizer, é o oxigênio das indústrias. E, no estágio em que nos encontramos, havia muitas empresas tendo de recorrer ao uso de geradores, mesmo fora do horário de pico. Pior ainda, empresas aguardando para iniciarem atividades à espera do atendimento no suprimento de energia, em alguns casos, nem sempre chegando com a qualidade desejada.

Com a iniciativa privada, a história promete ser diferente, já que torna o compasso de atendimento às demandas mais imediato, porque a empresa precisa ter faturamento. A burocracia é menor, a gestão é mais enxuta. No caso da Enel, contratualmente, já estão previstos para os próximos três anos, investimentos da ordem de R\$ 2,8 bilhões. O que, sem dúvida, representará um salto de qualidade muito grande para os usuários e um impacto positivo em toda cadeia produtiva.

Tudo isso é motivo de contentamento. Mas, o que mais me chamou a atenção é que a empresa, logo de início, já demonstrou a que veio, buscando parceiros para realizar a contento a sua missão. Vamos ao exemplo, que vale muito mais do que as palavras: no dia 14 de fevereiro, no Palácio das Esmeraldas, acompanhamos a assinatura do contrato de venda e compra da Companhia Energética de Goiás, estando presentes à oportunidade, o Governo de Goiás, diretores da Enel, da Celg, da Eletrobrás, representações classistas, políticas e de vários outros segmentos. Logo após, como presidente do Conselho de Consumidores da Celg, o Concelg, representando 2,8 milhões de usuários de cinco classes (residencial, comercial, industrial, rural e governo), marquei uma reunião para o dia 22 de fevereiro e lá conosco, estiveram o diretor da Enel Goiás, José Nunes, com técnicos da empresa, para já discutirmos algumas demandas,

dentre elas, por exemplo, o problema existente na linha de transmissão do Parque Anhanguera, que prejudica Goiânia e pode impactar Anápolis. Tivemos, nesta reunião, sinalização positiva para que a questão seja resolvida o mais breve possível. Também colocamos a importância de investimentos em energia para atender o segmento agropecuário do Estado.

Ainda no dia 22, os representantes da Enel participaram de reunião na Fieg, especificamente, para ouvir as demandas da indústria. Neste encontro, ficou claro que a Enel vai fazer um trabalho diferenciado. É uma empresa que adota o compliance, ou seja, uma política de atuar em conformidade com as leis, longe da corrupção e das práticas arcaicas de gestão. Em razão deste perfil, a Enel buscou apoio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/GO) para promover a qualificação de seus fornecedores, tendo sido firmado um convênio para este suporte. A reunião se estendia pela noite, quando os representantes da Enel, acompanhados pelo diretor regional do Senai, Paulo Vargas, foram conhecer a Escola Senai Vila Canaã e ali permaneceram por cerca de duas horas conhecendo a estrutura e os cursos que poderão ser desenvolvidos em parceria para formação e qualificação de mão-de-obra.

Toda esta interação nos impressionou, como presidente do Concelg e vice-presidente da Fieg. Tivemos, num curto espaço de tempo, várias ações acontecendo e o “cartão de visitas” que a Enel nos deixou gerou uma boa imagem. Com certeza, este é o caminho: empresa, Concelg, sociedade organizada trabalhando em prol do desenvolvimento de Goiás. Temos clareza que a união é sempre a melhor maneira de superar os desafios e, no caso, o desafio é equacionar os problemas de energia. Queremos virar a página da demanda reprimida, da falta de investimentos e da lentidão burocrática que muito penalizou a indústria goiana. Vamos ter, sem dúvida, uma mudança de paradigma, com a inovação chegando a passos largos num setor estratégico para o desenvolvimento. Goiás estará mais preparado e competitivo, de agora em diante, para continuar crescendo e sendo exemplo para o Brasil. É o que esperamos; é a nossa luta!

Wilson de Oliveira é vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg); presidente do Conselho de Consumidores da Celg (Concelg); presidente da Fieg Regional Anápolis e do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos).



SICMA

Entidade participa em Brasília de reunião do Conselho de Administração da CBIC



O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), representado pelo diretor Álvaro Otávio Dantas Maia e pelo articulador do Sistema Fieg, Darlan Siqueira, participou de reunião do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). O encontro aconteceu no último dia 08, em Brasília.

Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da CBIC, José Carlos Martins. A reunião teve a presença do jornalista Valdo Cruz, do Globo News. Na oportunidade, ele traçou um panorama da situação político-

-econômica do País, com as consequências da Operação Lava Jato.

Na outra parte da reunião, representantes do ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, debateram com lideranças e empresários da construção, questões como a redução da carga tributária trabalhista, cotas de deficientes e de menores aprendizes, normas de segurança, formalização de empresas e do emprego no setor. Na oportunidade, a CBIC reivindicou que o MTE adote medidas para a padronização nas fiscalizações às empresas.

Ainda na reunião, foi feita uma ex-

posição sobre o Encontro Nacional da Indústria da Construção, ENIC, principal evento brasileiro do calendário anual da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. A 89ª edição do evento vai acontecer em Brasília-DF, entre os dias 24 a 26 de maio próximo, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21. O slogan deste ano será: "Superação é nossa maior obra".

Ao final, o presidente da CBIC agradeceu os presentes ao encontro, destacando o grande número de representações da indústria da construção de vários estados brasileiros.

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

MICROCRÉDITO

Anápolis sedia encontro estadual do Banco do Povo

Anápolis sediou o Encontro Estadual de Coordenadores e Agentes de Crédito do Banco do Povo de Goiás, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação/Superintendência do Fundo de Financiamento do Banco do Povo. O evento, que teve o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), ocorreu entre os dias 06 a 08 últimos, na Estância Park Hotel.

O encontro foi destinado aos coordenadores e agentes de crédito das unidades de atendimento do Banco do Povo de Goiás. O articulador do Sistema Fieg, Darlan Siqueira, participou da abertura dos trabalhos, que contou com a presença do superintendente do Banco do Povo de Goiás, Danilo Viana Rabelo; do vice-prefeito Márcio Cândido; do su-



perintendente do Sebrae/GO, Igor Montenegro; do secretário estadual de Desenvolvimento, Luiz Maronesi e o superintendente de Comércio Exterior da Pasta, Luiz Medeiros; do chefe do Gabinete Militar da Governadoria, coronel Adailton Florentino; dentre outras autoridades.

Na oportunidade, foram apresentados os resultados da instituição e orientações diversas acerca das condições de financiamento; sobre o funcionamento das centrais de atendimento; sobre o microcrédito e a calculadora do cidadão; parcerias e diversos outros assuntos.

EXPEDIENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Pedro Alves de Oliveira
Presidente

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Wilson de Oliveira
PRESIDENTE

Patrícia Oliveira
Coordenadora Administrativa

Contatos

Rua Eng. Roberto Mange, 239-A
Bairro Jundiá
Anápolis - Goiás
CEP: 75.113-630
62 3324-5768 / 3311-5565
fieg.regional@sistemapieg.org.br

SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS

Wilson de Oliveira
Sindicato das Indústrias de
Alimentação de Anápolis (SindAlimentos)
www.sindalimentosgo.com.br

Anastácios Apostolos Dagios
Sindicato das Indústrias da Construção e do
Mobiliário de Anápolis (SICMA)
www.sicmago.com.br

Robson Peixoto Braga
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material
Elétrico de Anápolis (SIMMEA)
www.simmeago.com.br

Jair Rizzi
Sindicato das Indústrias do
Vestuário de Anápolis (SIVA)
www.sivago.com.br

Laerte Simão
Sindicato das Indústrias
Cerâmicas do Estado de Goiás
(SINDICER/GO)
www.sindicergo.com.br

Heribaldo Egídio da Silva - Presidente
Marçal H. Soares - Presidente Executivo
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas
no Estado de Goiás (SINDIFARGO)
www.sindifargo.com.br

SINDIFARGO

Entidade conduz a primeira reunião do GERAT

O presidente executivo do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Soares, coordenou a primeira reunião de trabalho do Grupo de Excelência em Rastreabilidade – GERAT, que reúne profissionais de várias indústrias do setor. O encontro ocorreu no último dia 03, na sede da entidade.

O principal assunto em pauta foi a Consulta Pública nº 311, de 15 de fevereiro de 2017 - Proposta de revisão da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 54, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, ou seja, dos mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na



cadeia dos produtos farmacêuticos.

Marçal Soares destacou que o Sindifargo tem acompanhado desde o início todas as questões envolvendo a rastreabilidade, inclusive, fazem-

do um trabalho que é referência no País. E, agora com o GERAT, espera contribuir ainda mais, num momento decisivo para a implantação do sistema.



Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

CNI

5 mudanças para as empresas quitarem impostos atrasados

Está em tramitação no Congresso Nacional a Medida Provisória 766/2017, que cria o Programa de Regularização Tributária (PRT). Trata-se de uma iniciativa do governo que melhora as condições para que as empresas paguem os impostos atrasados. Mas a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende mudanças no texto, porque as condições oferecidas pelo governo são incompatíveis com a realidade das empresas. Isso porque a mais longa e profunda recessão da história do país comprometeu o caixa das empresas. Só a indústria contabilizava, ao fim de 2016, três anos consecutivos de queda nas vendas. O faturamento do setor no ano passado foi, em média, 21,4% menor do que o de 2013.

Sem dinheiro em caixa, muitas empresas foram obrigadas atrasar compromissos, e muitas deixaram de pagar os impostos em dia, o que complicou ainda mais a situação. É que, ao atrasar os impostos, a empresa fica com o cadastro negativo, não pode obter financiamento em bancos públicos e fica impedida de participar de licitações.

A CNI destaca que a recuperação da economia depende da regularização das dívidas das empresas com o Fisco. Conheça as principais mudanças defendidas pela CNI para as empresas pagarem as dívidas tributárias, recuperarem suas



finanças e retomarem a atividade:

1. Permitir o pagamento da dívida em prestações mensais e sucessivas, calculadas a partir de um percentual sobre a receita bruta do mês anterior, ou sobre a receita bruta mensal média de 2016, o que for maior. Esse percentual deve ser variável, de acordo com o porte da empresa. O PRT permite o pagamento em, no máximo, 120 prestações mensais, com parcelas menores, porém crescentes, nos três primeiros anos e o saldo remanescente dividido em percentuais iguais em 84 prestações mensais.

2. Estipular redução de multa, juros e encargos legais. A proposta é adotar os percentuais de redução estabelecidos na Lei 11.941/2009 (Refis da Crise). O PRT não prevê redução de multas, juros e encargos.

3. Ampliar a possibilidade de uso

dos créditos tributários no abatimento das dívidas que serão parceladas no PRT. O programa não permite, por exemplo, o uso de créditos de prejuízo fiscal na quitação das dívidas que estão no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

4. Retirar a exigência de apresentação de carta de fiança ou seguro garantia judicial para parcelamentos de débitos com valor superior a R\$ 15 milhões no âmbito da PGFN. O custo elevado para obtenção dos dois instrumentos exigidos pode inviabilizar a adesão das empresas ao PRT.

5. Permitir a inclusão no parcelamento do PRT de todas as dívidas com a União, inclusive aquelas administradas por órgãos da administração direta e indireta, fundações e autarquias, como Ibama e Anvisa. (Fonte: CNI)

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis